**Violência homofóbica na escola: o que revelam os discursos de professoras/es em formação continuada**

**RESUMO:**

Este texto analisa os discursos de 30 cursistas do Polo de João Pessoa (PB), coletados em 2015, em prova presencial do Módulo “Sexualidade e Orientação Sexual”. Os resultados indicam diferentes propostas de intervenção que perpassam dois eixos centrais: 1) trabalho de conscientização com desenvolvimento de atividades pedagógicas sobre respeito mútuo e diferenças entre alunos/as e demais integrantes da comunidade escolar; 2) encaminhamentos para a Diretoria, Coordenação, Conselho Escolar, Conselho Tutelar, Psicólogo/a e Justiça. Conclui-se que as/os cursistas direcionam as aprendizagens adquiridas na formação continuada para suas práticas pedagógicas, evidenciando um aspecto relevante para a gestão da homofobia na escola: a necessidade de ações conjuntas para o seu enfrentamento, embora as respostas ainda demonstrem equívocos teórico-conceituais que podem limitar a qualidade das intervenções pedagógicas.

**Palavras-chave:** Formação Docente; Intervenção Pedagógica; Violência Homofóbica.

**Teachers’ discouses about homophobic violence in school**

**ABSTRACT:**

This paper analyses the discourses of 30 public school teachers of João Pessoa, Brazil, collected in 2015, during the module on Sexuality and Sexual Orientation. Results indicate different intervention proposals along two main axes: 1) conscientization through the development of pedagogical activities about differences and respect among students and members of the school community; 2) referral to school and external authorities, such as psychologist and Juvenile Court officers. Conclusions indicate that teachers apply the new knowledge acquired to their pedagogical practices, indicating an aspect relevant to the management of homophobia in school: the need of joint actions in order to overcome it, although their responses still show conceptual shortcomings, which may limit the quality of their pedagogical interventions.

**Keywords:** Teacher Continual Education; Pedagogical Intervention; Homophobic Violence.

**Introdução**

A escola, uma instituição com a missão de promover inclusão social e formação da cidadania, também se constitui em um lugar de exclusão social para as pessoas que não se enquadram no padrão heterossexual dominante. A homofobia, termo utilizado para definir o preconceito e a discriminação em relação às pessoas homossexuais (DINIS, 2011), caracteriza-se como uma forma de violência que frequentemente se manifesta no espaço escolar. Para preveni-la ou superá-la, nesse espaço, é importante que não seja entendida apenas como uma atitude meramente individual, mas como um fenômeno social, atrelado à vigilância de gênero, visto que diz respeito ao rechaço das pessoas cujas identidades ou expressões não se enquadram no binarismo de gênero (AUTOR, 2009).

De acordo com Viscardi (2012), um estudo realizado em escolas públicas do Distrito Federal indicou que 45% dos alunos e 15% das alunas não querem ter um colega homossexual. A rejeição daqueles/as que fogem ao padrão heteronormativo dominante é visível na escola, a qual não consegue discutir nem buscar alternativas que possam amenizar o problema ou reduzir seus efeitos, muitas vezes violentos, conforme indica Dinis (2011, p. 42): a “homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar à heteronormatividade”.

Essa realidade mostra a relevância de estudos e pesquisas sobre a diversidade sexual e de gênero no campo educacional. Conhecer esse cenário torna-se fundamental para que políticas e programas de intervenção sejam desenvolvidos com a finalidade de mudar tal contexto violento e excludente. Portanto, o reconhecimento do crescente fenômeno da violência em nossa sociedade e em nossas escolas (ABRAMOVAY, 2005) tem conferido relevância acadêmica ao tema da homofobia na escola, o qual vem sendo tratado em eventos científicos, artigos, dissertações e teses em vários programas de pós-graduação em universidades brasileiras (ABRAMOVAY, 2009; JUNQUEIRA, 2009; SANTOS, 2011; PEREIRA, 2012; RIZZATO, 2013).

Desde a década de 1990, a partir do diálogo entre governo e Movimento LGBT, estudos e políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e a eliminação da homofobia vêm sendo incentivados, a exemplo do *Programa Brasil sem Homofobia* (PBSH), surgido em 2004, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), no âmbito do Programa *Direitos Humanos, Direitos de Todos*. O PBSH tem como objetivo “promover a cidadania LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionai*s*” (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p.11). Foi estruturado em 11 eixos, dentre os quais se destaca “a capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos” (IDEM).

A formação de profissionais, sobretudo os que atuam em defesa dos direitos humanos e no âmbito escolar, foi o principal alvo do programa, visando a modificar o comportamento de profissionais, gestores/as, professores/as e toda a equipe escolar “para trabalharem em prol da multiculturalidade encontrada nos dias atuais, principalmente na escola” (SILVA; MOREIRA, 2012, p. 4). Nessa perspectiva, a formação continuada de profissionais, em geral, e de professoras/es, em especial, torna-se uma ferramenta fundamental para o reconhecimento da multiculturalidade. O que está por trás da violência homofóbica são o heterossexismo e a misoginia, o rechaço tanto ao comportamento homossexual quanto à feminilidade. É preciso, pois, reconhecer que existem formas diferentes de sexualidade e de gênero que não aquelas restritas ao par binário masculino/feminina heterossexual. Todavia, esse reconhecimento somente será possível através do debate coletivo a partir da escola, com inclusão das questões de diversidade sexual e de gênero no currículo; e, da mesma forma, a partir da formação docente, visando à desconstrução da cultura heteronormativa.

Como podemos mudar o cenário da homofobia na escola tendo educadores e educadoras homofóbicos/as? Muitos dos eventos homofóbicos na escola são consentidos por seus profissionais, como aponta Junqueira (2009, p. 14):

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

Faz-se necessário um trabalho de base para que as/os profissionais da educação sejam multiplicadores/as de uma cultura de paz, acolhedora das diferenças, não apenas em suas escolas, mas também em seu convívio social. Nesse contexto, a formação continuada de professores e professoras em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) – promovida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), em articulação com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH) – torna-se uma poderosa aliada para intervenções pedagógicas eficazes em situações de homofobia no espaço escolar.

O Curso GDE tem um módulo denominado Sexualidade e Orientação Sexual. No contexto do curso oferecido pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de junho de 2014 a novembro de 2015, em nível de especialização, objetivou-se a analisar o discurso de suas/seus cursistas professoras/es sobre a homofobia na escola, especificamente na prova final do referido módulo, que propunha um caso para tratamento pedagógico. Assim, este texto apresenta a análise das respostas de cursistas ao caso proposto, com o intuito de observar os possíveis impactos do curso GDE-Especialização oferecido pelo NIPAM/UFPB e contribuir para a reflexão sobre a importância da formação continuada de profissionais da educação para intervenções eficazes em situações de homofobia na escola.

A seguir, descrevem-se os procedimentos metodológicos do estudo e seus resultados. Os dados, isto é, os discursos docentes, foram agrupados em dois eixos de análise: o primeiro eixo inclui estratégias pedagógicas de conscientização sobre a diversidade sexual e homofobia na escola, envolvendo os/as alunos/as e a comunidade escolar; o segundo eixo agrupa estratégias interventivas envolvendo membros externos à escola, sobretudo os pais, mães e responsáveis pelos/as alunos e alunas. Nas considerações finais, enfatizam-se recomendações decorrentes da análise dos resultados, como a necessidade de ações conjuntas de profissionais da escola para o enfrentamento da homofobia.

**Procedimento Metodológico**

O estudo é de caráter qualitativo, na perspectiva de Denzin e Lincoln (2006, p. 17), que caracterizam esse tipo de estudo como “uma atividade situada que localiza o observador no mundo”. Esta abordagem possibilita uma investigação mais ampla em relação ao universo de aspirações e comportamentos dos sujeitos envolvidos no fenômeno investigado, descrevendo e analisando hábitos, atitudes, tendências de comportamento, respondendo a questões muito particulares (MARCONI; LAKATOS, 2006). Assim, o estudo do discurso das/dos cursistas professoras/es em resposta à pergunta sobre o que fariam em relação à violência homofóbica sofrida por um aluno na escola (quadro 1) remete a um universo de significados, crenças, valores e atitudes melhor compreendidos quando qualitativamente considerados.

**Quadro 1** - Caso para análise integrante da prova do Módulo Sexualidade e Orientação Sexual

|  |
| --- |
| **Caso da Prova de Sexualidade e Orientação Sexual**  |
| Um aluno de nove anos apresentava expressões femininas e era constantemente vítima de chacotas dos colegas do sexo masculino. Um dia, na hora do recreio, quando a professora saiu da sala, ele foi fortemente espancado pelos colegas.O que você faria como gestor/a, professor/a, coordenador/a pedagógica, orientador/a, funcionário/a da escola, pai ou mãe desse aluno vitimado, ou pai ou mãe de um dos alunos agressores? |

**Fonte:** Prova final de Sexualidade e Orientação Sexual, Curso GDE-Especialização, NIPAM/UFPB, 2015.

A prova, cuja oitava e última questão continha o caso apresentado no quadro 1, foi aplicada no dia 15 de maio de 2015, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, para as/os cursistas do polo de João Pessoa. Os sujeitos selecionados para o estudo foram 30 cursistas, do total de 103 ativos no curso GDE do Polo de João Pessoa, sendo 26 do sexo feminino, e quatro do sexo masculino. Para a seleção dos cursistas, utilizamos, sequencialmente, como critérios de inclusão/exclusão: 1º) Realização da prova do módulo *Sexualidade e Diversidade Sexual*, com resposta à oitava questão do instrumento avaliativo: 74 dos 103 cursistas ativos/as submeteram-se ao exame; 2º) Exercício da função docente em escolas de João Pessoa, tendo em vista o foco da análise pretendida: as intervenções pedagógicas de professores e professoras do Curso GDE resultaram, a partir do atendimento desse critério, num total de 46 sujeitos, aos quais foi aplicado o terceiro critério, descrito no quadro 2; 3º) Obtenção da nota máxima na oitava questão da prova que apresentava o caso, objeto de análise deste estudo. Evidenciou-se, portanto, um total de 30 docentes. O quadro 2 sintetiza as etapas de constituição da amostra intencional de discursos docentes, utilizada neste estudo.

 **Quadro 2** - Constituição da amostra intencional dos participantes do estudo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Composição da amostra intencional por sexo** | **F** | **M** | **T** |
| Cursistas que realizaram a prova de Sexualidade e Orientação Sexual | 64 | 10 | 74 |
| Cursistas em exercício da função docente | 38 | 8 | 46 |
| Cursistas com nota máxima na questão analisada | 26 | 4 | 30 |

 **Fonte:** Das/os autoras/es.

Após a leitura e digitação das respostas dos/as cursistas selecionados/as para responderem à questão da prova, a partir da leitura geral do material, identificamos dois eixos centrais de respostas, com subcategorias em cada eixo. Seguidamente, realizamos uma reflexão teórica a respeito de cada categoria de análise, discutindo-se acerca das intervenções das/dos cursistas do GDE e de como as aprendizagens propiciadas nessa formação continuada vêm contribuindo para intervenções pedagógicas mais eficazes em contextos de violência homofóbica no ambiente escolar.

**Formas de Intervenção Pedagógica Frente à Homofobia**

Vivemos em uma sociedade plural em que a diversidade cultural, de gênero e sexual se expressa numa variedade de comportamentos e estilos individuais de ser e viver no mundo e com o outro. Segundo Autor (2009, p.11), “falar de diversidade é falar, ao mesmo tempo, de todo mundo e de cada elemento desse mundo em particular. Falar em respeito à diversidade significa reconhecer a existência do outro, mas também reconhecer a necessidade de que temos uns dos outros”.

Todavia, nem sempre as diversidades são reconhecidas e respeitadas em nossa sociedade. A diversidade sexual, que engloba distintas orientações sexuais (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade) e múltiplas identidades de gênero (travesti, transexual, identidade de gênero feminina, identidade de gênero masculina etc.), constitui uma das formas de diversidade que mais sofre opressão. Isto porque a heteronormatividade, que culturalmente legitima a heterossexualidade como a única forma natural de expressão da sexualidade, faz com que outras formas sexuais, como a homossexualidade, sejam vistas como “desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado” (AUTOR, 2009, p.20). Aqueles que se *desviam* do padrão heterossexual são frequentemente alvos de ofensas, humilhação, desrespeito, segregação e violência, formas de expressão homofóbica passíveis de ocorrência em qualquer espaço social, inclusive o escolar.

Profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com conhecimentos e habilidades adequados para enfrentar os desafios relacionados à diversidade sexual e aos direitos sexuais, de forma a criticar e intervir na reprodução escolar dos mecanismos heterossexistas e de dominação masculina. É comum educadores e educadoras afirmarem não saber como agir quando um/a aluno/a é agredido/a por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero (JUNQUEIRA, 2009). Contudo, tendo seus profissionais formação específica nessas temáticas, a escola pode ser também instrumento de desconstrução da cultura heteronormativa.

É nessa direção que se insere o GDE, como política de formação docente continuada, implementada pelo Ministério da Educação. A experiência de oferta do curso, com foco na articulação teoria e prática e na mudança das práticas curriculares e pedagógicas, oferece oportunidades não apenas de formação das/os profissionais da educação, mas de pesquisa sobre suas experiências docentes e contextos de prática. Assim, a implementação do curso pelo NIPAM/UFPB buscou gerar e analisar dados sobre a situação das escolas paraibanas e as perspectivas e ações de suas/seus docentes.

Na análise das possíveis intervenções pedagógicas das/os 30 cursistas do polo de João Pessoa sobre homofobia no espaço escolar, eliciadas pelo caso proposto na prova, foi possível identificar nas respostas das/os docentes dois eixos centrais que conduziam ou conduziriam as intervenções dos/as cursistas: 1) Trabalho de conscientização entre alunos/as e comunidade escolar sobre o respeito mútuo e as diferenças; 2) encaminhamentos internos (para a Diretoria, Coordenação, Conselho Escolar, Psicólogo/a) e externos (Conselho Tutelar, Justiça).

**Eixo 1: Conscientização entre alunos/as e comunidade escolar sobre o respeito mútuo e as diferenças**

A primeira forma de intervenção indicada pelos/as cursistas (identificados/as de C1 a C30) foi o trabalho de conscientização entre alunos/as e comunidade escolar, buscando refletir quanto ao respeito mútuo e as diferenças (26 cursistas do total de 30, sendo 23 mulheres e três homens). Nesse primeiro eixo identificaram-se quatro subeixos, os quais indicam tipos específicos de ações interventivas, conforme o quadro 3.

**Quadro 3** - Subeixos com formas específicas de ações interventivas

|  |  |
| --- | --- |
| **SUBEIXOS/AÇÕES** | **CURSISTAS** |
| **Sexo Feminino** | **Sexo Masculino** |
| 1. A) Intervenções junto a toda a comunidade escolar
 | C1, C3, C5, C8, C9, C10, C12, C16, C19, C21, C22, C23, C24, C25, C26, C27, C28, C29 | C2, C13, C17 |
| 1. B) Intervenções junto aos alunos agressores
 | C4, C6, C7, C9, C10, C12, C14, C19, C21, C22, C24, C29 | C17 |
| 1. C) Intervenções junto ao aluno agredido
 | C4, C10, C21, C22, C24, C28 |  |
| 1. D) Intervenção simultânea junto aos agressores e ao agredido
 | C18, C23, C30 |  |

**Fonte:** Das/os autoras/es.

Esses subeixos mostram que as/os cursistas estão buscando formas variadas para intervir nas situações de homofobia na escola, utilizando, inclusive, mais de uma ação simultânea como forma de intervenção, a exemplo dos/as cursistas sublinhados no quadro 3, que propõem a adoção de mais de um subeixo de ação. A seguir, detalham-se as atividades específicas de cada subeixo.

Chama a atenção, de início, que a maior variedade de respostas é produzida pelas mulheres. Há respostas delas em todos os subeixos, ao passo que os homens apresentam respostas em apenas dois dos quatro subeixos, com concentração no subeixo A. Se, por um lado, parece natural que, num grupo maior, a dispersão de escolhas aumente, essa distribuição de respostas – sobretudo se considerado o tipo de questão, aberta, sem indução de resposta – sugere que o gênero associa-se à riqueza de alternativas apresentadas para o manejo da homofobia na escola: dos quatro indivíduos do sexo masculino, três escolheram o subeixo A - toda a comunidade escolar (escolha predominante de ambos os sexos) e não registraram respostas classificáveis em intervenções focadas no indivíduo agredido, particularmente a vítima, aquele que apresentava expressões femininas.

Ora, as intervenções coletivas são impessoais, distantes, ao passo que as individuais são necessariamente próximas e pessoais, encontrando-se aqui mais um atravessamento de gênero. As intervenções individuais configuram-se, frequentemente, como aconselhamento e escuta, associadas, no imaginário social androcêntrico, à sensibilidade e à empatia, domínios afetivos atribuídos mais frequentemente às mulheres; já as intervenções coletivas geralmente são visualizadas como ações grupais que requerem liderança, função tradicionalmente associada à masculinidade.

Cabe destacar, igualmente, no que tange à distribuição de respostas por subeixos, que, enquanto o subeixo A apresentou o maior número de respostas, o último subeixo foi considerado por apenas três das 26 pessoas, do sexo feminino. Ora, o subeixo D é, sem dúvida, indispensável à superação da homofobia (como de outros conflitos relacionais) na escola, pois envolve estratégias como a mediação de conflitos, em que são criadas condições para que agressor e agredido possam entrar num acordo pelo qual ambos se sintam reconhecidos (CHRISPINO, 2007; MORGADO; OLIVEIRA, 2009) – no caso das relações de gênero, isso implicaria chegar a uma relação balizada pelo valor da equanimidade, aproximando-se e reconhecendo-se mutuamente como seres humanos, inclusive a partir de suas diferentes identidades e orientações sexuais.

Ademais, no que tange à qualidade das respostas, há uma presença quase unânime da admoestação como medida para mudança de comportamento. Note-se, porém, que a indicação verbal, por docentes, do comportamento indesejável apresentado por discentes, quando isolada (como no caso da advertência), surte menos efeito que a implicação dos envolvidos em negociações que não só questionam os sistemas de valores inerentes à violência como empoderam os alvos da violência.

Nesse sentido, a ausência de respostas que mencionem técnicas capazes de promover aquela implicação (como a mediação de conflitos) indica, ainda (e infelizmente), o despreparo docente para a condução do processo de prevenção e superação da homofobia na escola. Como se verá, a seguir, em muitas das repostas, falar aos envolvidos (censurando os agressores, apenas) é o meio predominantemente adotado, no discurso de docentes, sem que as/os cursistas interroguem-se sobre os resultados dessa abordagem.

1. *Intervenções junto a toda a comunidade escolar*

As intervenções são ações dirigidas a mudar o curso de um processo, voltadas para o ensino aos alunos/as no microespaço da sala de aula, bem como ações de caráter mais amplo, envolvendo todos que fazem parte da escola, de discentes, funcionários, docentes até os familiares/responsáveis pelos alunos e alunas, contemplando, portanto, toda a comunidade escolar.

Neste primeiro subeixo, predominante, identificamos como principais ações, propostas por 21 cursistas, 18 mulheres e três homens: *o desenvolvimento de projetos pedagógicos na escola e atividades em sala de aula sobre a temática sexualidade, homofobia, orientação sexual e identidade de gênero, oportunizando a conscientização acerca do respeito ao outro e ao diferente.* Em geral, verificamos a percepção dos/as cursistas em relação ao espaço escolar como lugar para se pensar a diversidade e as diferenças. Se, por um lado, a escola é vista, muitas vezes, como espaço legitimador de uma cultura heteronormativa, por outro, ela também pode ser vista como um lugar capaz de promover o diálogo sobre as diferenças, contribuindo para a construção de um espaço mais inclusivo e menos violento. Destacam-se alguns exemplos:

Realizaria um trabalho de orientação de respeito às diferenças também com os pais e mães para que reforcem em casa o respeito mútuo e as diferenças (C5).

Como professora, eu contaria de forma lúdica a história do menino agredido, questionaria os alunos e alunas sobre o fato, perguntaria o que cada um acha, daria exemplos de outras histórias com um final feliz sobre o menino que tinha um comportamento “diferenciado” dos outros (C8).

Seria conveniente pedagogicamente propor na sala de aula discussões reflexivas sobre os temas relativos à sexualidade e propor aos alunos que elegessem uma prática inclusiva, civilizada e isonômica para ser reproduzida dentro da escola (C13).

Eu sendo professora, dialogaria com os alunos envolvidos no fato. E tendo dialogado procurava a parte técnica da escola para também conversar e elaborar mecanismo para um trabalho de orientação e conscientização não somente para a “minha sala de aula”, mas para toda a escola. Lançaria a proposta de convidar profissionais que pudessem contribuir com este trabalho bem como convidar também a família a participar desta conscientização, orientação e até aconselhamento (C30).

A participação da família costuma ser sempre lembrada, como evidenciam C5 e C30. Quanto à resposta de C8, destaca-se um problema: parece difícil associar o lúdico à narrativa da violência, sem minimizá-la; portanto, é importante atentar para os riscos que as contradições conceituais podem comportar para uma intervenção, ainda que bem-intencionada. Já as respostas de C13 e C30 são as que mais se aproximam das recomendações atuais para a intervenção pedagógica que supere a homofobia na escola: promover a reflexão através de debates supõe, necessariamente, a participação ativa de todos e, no melhor dos casos, a condução docente da discussão para a consolidação de valores pró-diversidade sexual. Ademais, C13 e C30 propõem mobilizar o alunado e a comunidade escolar para decidir e atuar concretamente em prol de práticas inclusivas.

De acordo com Venturi e Bokany (2011), a escola sozinha não será capaz de combater o preconceito contra *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. No entanto, o ambiente escolar, segundo o autor e a autora, é o local mais promissor para pôr fim à homofobia; por isso, defendem que o debate sobre esse tipo de discriminação faça parte das aulas, inclusive na infância. Ademais, a escola pode e deve promover a convivência respeitosa e desestimular e coibir manifestações homofóbicas.

Pensar e debater coletivamente esses temas na escola, não somente com o alunado, mas com toda a comunidade escolar, incluindo os pais e mães dos/as alunos/as, conforme propuseram as/os cursistas, é uma forma democrática de refletir sobre as diferenças existentes em nossa sociedade e de contribuir para seu reconhecimento e respeito, desconstruindo a cultura androcêntrica, sexista e heterossexista, e valorizando as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

1. *Intervenções junto aos alunos agressores*

No subeixo B, 12 professoras e um professor propuseram intervenções que tinham como foco específico o aluno agressor via ações costumeiras, que iam desde a possibilidade de punição até a convocatória de seus responsáveis à unidade escolar.

Como ações interventivas identificam-se as seguintes propostas: *investigação a partir do diálogo com os alunos agressores sobre o que teria levado a esse comportamento, provocando uma discussão sobre o respeito à diversidade sexual; reunião com os alunos agressores, conversando em particular e solicitando destes um comportamento diferente a partir de então; conversa com os agressores juntamente com a coordenação pedagógica, direção e pais/mães/responsáveis pelos mesmos; encaminhamento do grupo ao Conselho Escolar para que aquela agressão fosse notificada*; *reflexão com os alunos [agressores] sobre as agressões e o sofrimento do aluno agredido*. Tais práticas podem ser exemplificadas nas respostas de C7, C9, C14 e C19:

Estando na posição de professora, chamaria os alunos agressores envolvidos e iria discutir com eles sobre o que tinha acontecido, fazendo com que enxergassem que os seus comportamentos foram um ato violento e agressivo, não só fisicamente, mas também psicologicamente. Falaria sobre a importância de respeitarmos os outros para que assim nos respeitem; e focaria no assunto diversidade sexual e respeito às diferenças (C7).

Enquanto professora iria refletir com as crianças que espancaram sobre o quanto o menino agredido sofreu, tanto psicológica como fisicamente. Iria perguntar o que tinha levado estes a ter este comportamento e provocar a reflexão sobre o respeito à diversidade (C9).

Como professora [...] buscaria um diálogo com os agressores mostrando a eles a verdade “crua” do desrespeito ao outro/a, tentaria fazer com que entendessem que a atitude dos mesmos era discriminatória, desumana, inaceitável (C14).

Devemos ter um olhar diferenciado ainda mais para o aluno agressor, chamando-o primeiramente para uma conversa, trabalhando essa questão de respeito ao próximo e fazendo com que o mesmo pedisse também desculpas de forma verdadeira ao aluno agredido; chamaria posteriormente a família do aluno agressor, até com o intuito de conhecer mais a fundo a história de vida dele, e assim aplicaria a “punição” mais conveniente para esse momento (C19).

Observamos que, em comparação com o primeiro subeixo, neste aparece uma proposta de intervenção mais individualizada com os alunos agressores, que envolve a compreensão das motivações do agressor, a solicitação para mudança de sua conduta e para um pedido direto de desculpas ao aluno agredido, o aconselhamento, o apelo à compaixão pelo outro, além da aplicação de medidas punitivas para o ato e a inculcação de valores favoráveis à equanimidade e ao reconhecimento da legitimidade dos diferentes.

Percebemos que, embora os/as cursistas tenham avançado em termos de intervenção, ao buscarem interferir de alguma forma na situação homofóbica, o foco exclusivo (ou mesmo predominante) sobre o aluno agressor apresenta limites, visto que é insuficiente para a desconstrução da cultura de violência masculina. Ora, a atenção ao agressor é, de fato, indispensável, mas, se isolada, mantém o agredido em posição de inferioridade. Como o agressor poderia desculpar-se *de forma verdadeira*, como propõe C19, se desconhece as razões pelas quais estaria errado? E como conhecê-las, se o agredido não é implicado pessoal e diretamente na intervenção docente? A homofobia não se explica apenas pelo desconhecimento acerca da possibilidade de variações nas identidades de gênero e orientações sexuais, mas, sobretudo, pela recusa de legitimidade das diferenças, pelo heterossexismo e pela misoginia que mantêm um sistema excludente – o heteronormativo.

Os discursos das docentes não explicitam ainda essa problemática como raiz da violência homofóbica, conforme aponta a literatura disponível (LIONÇO; DINIZ, 2008; VIANNA; RAMIRES, 2008; TEIXEIRA-FILHO; RONDINI; BESSA, 2011). Assim, as situações de homofobia na escola precisam ser compreendidas no contexto das relações de desigualdade de gênero para que outras identidades e orientações sexuais possam ser aceitas socialmente. Logo, é preciso que valores arraigados na cultura heterossexista venham à tona, sejam debatidos e refletidos, visto que promovem a exclusão e negam o direito do outro de vivenciar e expressar sua identidade e sexualidade.

1. *Intervenções junto ao aluno agredido*

As intervenções das seis cursistas com foco no aluno agredido tiveram como objetivo dar uma atenção especial à vítima da violência homofóbica. Neste eixo, verificamos as seguintes ações*: prestação de auxílio ao menor ferido; conversa com o aluno agredido; cobrança da escola e da família para cuidar do agredido, conforme* as seguintes respostas:

Como professora [...] da escola, eu cobraria providência no sentido de cuidar do agredido (C4).

Como professora [...] conversaria em particular com o aluno agredido e tentaria ajudá-lo a romper tal barreira (C10).

Como professora dos envolvidos, primeiramente prestaria auxílio ao menor ferido (C21).

Quanto aos pais da criança agredida, pediria mais atenção deles ao filho que sofria violência emocional e física, pois o menino precisa de atenção e apoio (C28).

Cuidar, ajudar, auxiliar são ações tipicamente femininas, sem dúvida, necessárias e valiosas. Todavia, assim como as ações do subeixo anterior, caracterizam-se como ações individualizadas, pouco contribuindo para o debate sobre as questões de gênero, diversidade sexual e homofobia no espaço escolar. Não dispensando a necessidade de atenção ao aluno agredido, destaca-se que, ao se focar apenas nele, corre-se o risco de vitimizá-lo por uma diferença que precisa ser considerada e respeitada pelos seus colegas e comunidade escolar como um todo.

Para tanto, é necessário fazer com que o alvo da violência venha para o primeiro plano das medidas de reparação, tornando-o partícipe ativo do processo de mudança das práticas escolares, como afirmam Martinez Guzman e Paris Albert (2006, p.35, nossa tradução): “Evidentemente, há que se fazer o trabalho de transformação pacífica dos conflitos sempre a partir da perspectiva dos alvos, levando em conta seu próprio empoderamento e o reconhecimento mútuo”. Com isso, alvos da homofobia têm mais chances de se empoderar junto a colegas, aprendendo a se comunicar e a se defender assertivamente e colaborando para a diminuição das possibilidades de repetição de ataques homofóbicos.

O/a aluno/a agredido/a não precisa apenas de cuidados imediatos, mas de respeito contínuo, de reconhecimento da legitimidade de sua orientação sexual. Todavia, para isso é preciso uma ação coletiva da escola, no sentido de promover a igualdade de direitos, sem negar as diferenças. Portanto, é preciso buscar a equidade, que se refere “à construção da igualdade de usufruto de direitos e bens sociais a partir do reconhecimento das diferenças entre as pessoas” (AUTOR, 2009, p.14). As barreiras encontradas por um/a aluno/a alvo de homofobia na escola consistem, principalmente, no enfrentamento da cultura heteronormativa, androcêntrica e misógina, já que os alvos preferenciais de ataques homofóbicos são afeminados e frágeis, física e psicologicamente. Superar a homofobia supõe, portanto, a superação dessa cultura, tendo a escola uma importante função nesse processo (VENTURI; BOKANY, 2011).

1. *Intervenção isolada com os agressores e o agredido simultaneamente*

Este eixo apresentou, minoritariamente por três cursistas, uma forma de intervenção pautada no *diálogo entre os agressores e o agredido*, de forma simultânea, o que caracteriza uma ação isolada com os sujeitos envolvidos na situação. De acordo com as cursistas, as mesmas agiriam da seguinte forma:

Ao ficar sabendo do ocorrido, chamaria as duas pessoas envolvidas e escutaria os dois sobre o caso ocorrido. Em seguida conscientizaria ambos que cada indivíduo tem direito de suas escolhas sexuais e todos devem respeitar porque suas escolhas não desrespeitam ninguém e não mudam o caráter. Todos têm livre arbítrio para se relacionar com quem quiser e devemos respeitar (C18).

Na posição de professora, a primeira medida seria também conversar com os alunos (C23).

Eu sendo professora, dialogaria com os alunos envolvidos no fato (C29).

Percebemos nas respostas das cursistas uma tentativa de intervenção pautada em ação dialógica envolvendo o aluno agressor e o alvo da agressão. Ressalta-se que essa forma de intervenção contribui para amenizar a situação momentaneamente, porém não soma esforços no sentido de conscientização da comunidade escolar para o problema da homofobia na escola.

Não se pode deixar de notar a ideia de “escolha” associada às orientações sexuais, cuja diversidade é destacadamente legitimada por não atingir os valores morais que regulam as relações sociais (“caráter”). Contudo, a diversidade sexual não deveria ser legitimada pelo fato de respeitar as normas sociais estabelecidas para a convivência, mas pela própria diversidade! Por esse argumento, o discurso de C18 revela uma concessão na qual provavelmente se esconde, ainda, uma hierarquia em cujo topo está a heterossexualidade tida como natural: abaixo dela está o que for diverso, admitido por não ferir outras convenções sociais (a moral, no caso). Afinal – recorrendo ao argumento da professora de modo inverso, para evidenciar seu caráter concessivo – quem suspeitaria poder a heterossexualidade ser capaz de alterar a moral, se a moral, e não só a sexual, é ainda heteronormativa?

Ao agir apenas com esses dois envolvidos, a escola não torna visível o problema: ao contrário, o silencia e o oculta da comunidade escolar, aumentando a probabilidade de que outros casos de violência homofóbica venham a ocorrer na escola. Segundo Dinis (2011), o silêncio e o ocultamento da sexualidade de estudantes *gays* e lésbicas, na tentativa de esconder sua orientação sexual, também são formas de violência. Para o autor, esse silêncio se traduz também em omissão quando aparecem casos de violência física ou verbal sofrida por estudantes que expressam sua diferença sexual e de gênero, sendo compartilhado por muitos/as professores/as que evitam discutir o tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas.

É evidente que os quatro subeixos apresentam propostas de intervenção cabíveis, mas insuficientes, por si mesmas, para superar o preconceito e questionar a heteronormatividade. Nesse sentido, vale destacar que a combinação entre eles é mais rica e frutífera e depende, também, de um trabalho em equipe a partir do qual toda a comunidade escolar seja envolvida na superação da homofobia. De algum modo, isso é o que aparece nas respostas agrupadas no Eixo 2: envolvimento de outros profissionais, inclusive de órgãos externos à escola, em função da gravidade da agressão (espancamento, e de familiares dos envolvidos, que seriam chamados para gerirem o problema com as/os docentes.

**Eixo 2: Encaminhamentos para a Diretoria, Coordenação, Conselho Escolar, Psicólogo/a, Conselho Tutelar, Justiça...**

Neste segundo eixo de respostas, identificamos ações que se caracterizam como encaminhamentos internos e externos à instituição escolar. Como forma de intervenção na situação de violência homofóbica, os/as cursistas indicaram o encaminhamento do caso para a Diretoria e Coordenação da escola, para o Conselho Escolar, para o/a Psicólogo/a, para o Conselho Tutelar e para a Justiça: 13 cursistas, do total de 30, sendo 12 mulheres e um homem. É possível identificarmos dois subeixos, os quais indicam encaminhamentos específicos considerando a própria escola e instâncias externas a ela, conforme o quadro 4.

**Quadro 4** - Subeixos com intervenções por meio de encaminhamentos internos e externos à escola

|  |  |
| --- | --- |
| **SUBEIXOS/TIPOS DE ENCAMINHAMENTOS** | **CURSISTAS** |
| **Sexo Feminino** | **Sexo Masculino** |
| 1. E) Encaminhamentos internos à escola
 | C1, C4, C11,C21, C23, C25, C28, C30 | C15 |
| 1. F) Encaminhamentos externos à escola
 | C3, C4**,** C10, C20, C21, C24, C28 | C15 |

**Fonte:** Das/os autoras/es.

Tais intervenções podem indicar, por um lado, que as/o cursistas estão visualizando o problema de forma mais ampla, além de ações pedagógicas em suas salas de aulas; e que intuem ser necessário, também, um trabalho em equipe, envolvendo direção escolar, coordenação pedagógica, especialistas, Conselho Escolar e, quando preciso, instituições externas à escola, como Conselho Tutelar, ONGs, Movimento LGBT etc., para intervenções mais eficazes, dada à gravidade revelada por muitas das situações de violência homofóbica. Sem dúvida, uma ação envolvendo encaminhamentos internos e externos à escola pode ser uma forma eficiente de gerir a homofobia no ambiente escolar, visto que possibilita uma ação conjunta envolvendo desde a escola até instituições externas, somando um esforço coletivo no combate à homofobia.

Entretanto, por outro lado, é possível igualmente enxergar neste eixo o risco de uma prática comum na gestão de situações de conflito na escola: a transferência de responsabilidade. Se um só agente não garante a solução, a transferência imediata para instâncias reguladoras superiores sugere fortemente que docentes podem não se reconhecer capazes nem responsáveis pela superação da homofobia na escola. Essa prática é ainda mais frequente se, como se observa em muitas escolas, não houver trabalho em equipe que dê suporte à intervenção docente.

1. *Encaminhamentos internos à escola (Diretoria, Coordenação, atendimento psicológico ao agredido e ao agressor)*

Os encaminhamentos internos apontados por oito professoras e um professor indicam o diálogo com a equipe escolar, desde o/a gestor/a, o Conselho Escolar, a coordenação pedagógica e a equipe de especialistas da escola, com destaque para a/o psicóloga/o escolar, através das seguintes ações*: discussão da situação homofóbica no Conselho Escolar, sugerindo a inclusão do tema “homofobia” nos conteúdos programáticos; encaminhamento do aluno agredido e do agressor para atendimento psicológico; conversa com a direção da escola, propondo projeto para trabalhar a diversidade sexual na escola,* conforme se verifica nas respostas abaixo:

Como professora, levaria esta situação ao Conselho de Escolar e sugeriria a inclusão do tema HOMOFOBIA nos conteúdos programáticos, e desenvolvimento de projetos que envolvam a sexualidade (C1).

Como professora procurava a direção da escola tentando unir forças para elaboração de um trabalho pedagógico onde trabalhasse o tema orientação sexual com todos os membros da escola: funcionários, professores e comunidade, mostrando a importância do respeito pelo próximo (C11).

Procuraria o gestor/a e lançava a proposta de se trabalhar um projeto sobre as “Diversidades na Escola” como forma de buscar uma conscientização de respeito para com todos os demais alunos da escola, pois não adiantaria pensar apenas em punição visto que o agressor continuaria com a mesma característica homofóbica (C15).

Observamos nas respostas das/o cursistas a proposta de uma forma de intervenção mais ampla para a resolução da homofobia na escola, abordando a temática também nos conteúdos curriculares da escola e em projetos pedagógicos envolvendo a comunidade escolar como um todo. Tal prática mostra-se relevante na medida em que possibilita a visibilidade do problema no espaço escolar, permitindo a reflexão sobre a diversidade sexual e de gênero de forma contínua na prática pedagógica, contribuindo para a desmistificação de estereótipos sobre as diferentes identidades sexuais. Os estereótipos e preconceitos são ideias e comportamentos que negam a humanidade àqueles e àquelas que são suas vítimas (GDE, 2009), portanto combatê-los na escola é uma forma de valorizar todos os seres humanos independentemente de suas diferenças sexuais, étnicas, de gênero, religiosas etc.

As respostas de C11 e C15 ilustram bem essa posição, pois ambas indicam alternativas que convergem para as recomendações científicas atuais: incluir o caso de violência num processo de sensibilização e mudança de cultura (homofóbica, no caso), como lembram Morgado e Oliveira (2009), de modo a fazer um trabalho coletivo, envolvendo a gestão, todos os professores e funcionários. Essa perspectiva evidencia algo importante: a homofobia é apenas uma das expressões de violências que ocorrem na escola em função de preconceitos que não se restringem ao gênero ou à orientação sexual, mas que servem, sobretudo, para classificar e hierarquizar a partir das diferenças, de modo a estabelecer relações de poder desiguais, apoiadas em identidades naturalizadas (WOODWARD, 2012).

1. *Encaminhamentos envolvendo membros externos à escola*

Observamos neste subeixo respostas que revelam estratégias além da sala de aula e da escola, envolvendo agentes e instituições externos ao espaço escolar. Nesse sentido, seis cursistas, sendo cinco do sexo feminino e um do sexo masculino, propuseram as seguintes formas de intervenção: *diálogo com os responsáveis por agressores e vítimas; convocação do Conselho Tutelar; em caso de lesões corporais no aluno agredido, orientação para os pais e mães moverem uma ação judicial.*

Se eu fosse professora destes alunos, convocaria todos os responsáveis dos agressores e da vítima, junto com a coordenação da escola para conversarmos e saber por que as crianças estão agressivas com esta criança por ela ter traços femininos (C3).

Como professora [...] após o ocorrido, comunicaria a gestão, convocaria todos os pais e mães e o Conselho Tutelar. Encaminharia, junto aos órgãos competente a criança agredida a um atendimento psicológico e os agressores a um atendimento psicológico coletivo e também a um tratamento de reeducação sexual. Se a criança agredida necessitasse de um exame de corpo de delito e se fossem comprovadas as lesões corporais, orientaria aos pais para que entrassem com uma ação judicial (C4).

O mais interessante seria aproveitar o caso e fazer um trabalho coletivo, envolvendo a gestão, todos os professores, funcionários e, se possível, uma reunião com os pais para ser trabalhado através de uma palestra sobre o assunto, pedindo apoio, para juntos tentar evitar que se repetisse esta cena desagradável e homofóbica (C15).

Verifica-se neste subeixo uma tentativa de os/as cursistas envolverem, sobretudo, os pais e mães dos alunos agressores e os do aluno agredido, além da tentativa de envolver toda a comunidade escolar para pensar e discutir os problemas referentes à homofobia na escola. De acordo com Junqueira (2009), a opressão, discriminação e preconceitos contra alunos/as LGBT na escola se faz também com a participação ou a omissão da família. Então, tratar o problema além dos muros da escola, envolvendo agentes externos a ela, especialmente os familiares responsáveis pelos alunos/as, sejam pais e mães de vítimas ou agressores, é, sem dúvida, um passo significativo para enfrentar eventos homofóbicos na escola.

O ambiente escolar é um dos espaços sociais em que convivem os alunos e alunas. É no meio familiar onde adquirimos muitos dos nossos valores pró-sociais. Por isso, desenvolver também na família de alunos/as homofóbicos/as a compreensão sobre as diferentes possibilidades de se viver a sexualidade é relevante para que criemos uma sociedade consciente da existência das várias identidades sexuais e de gênero.

Outra proposta que se destaca nesse subeixo é o atendimento psicológico, no caso proposto pela professora C4, para uma abordagem da violência praticada pelo agressor e sofrida pelo agredido. É importante destacar que, nos casos de homofobia, o atendimento psicológico faz-se necessário para os traumas sofridos, não se direcionando esse atendimento para *cura* da homossexualidade, visto que, desde 1974, a Associação Americana de Psiquiatria deixou de considerar a homossexualidade como distúrbio mental, permanecendo na atualidade com esse estigma apenas a transexualidade e a travestilidade (GDE, 2009). Esse aspecto necessita estar claro, principalmente para educadores e educadoras que devem ser agentes de mudança na cultura escolar no que tange à superação da homofobia.

Cabe ressaltar, também, que o atendimento psicológico ou apoio de qualquer outro tipo não é, primariamente, função da escola. Nesse sentido, a/o psicóloga/o escolar é apenas responsável pelo atendimento imediato, encaminhando posteriormente a outro/a psicólogo/a especializado/a. Não há dúvida de que o apoio psicológico colabora para o empoderamento dos alvos de violência – e também de seus autores, os quais, tantas vezes, têm autoestima baixa e foram (ou são) alvos de violência fora da escola –, mas essa medida, isoladamente, pode pouco, já que a homofobia (como outras práticas discriminatórias) implica uma cultura que reproduz na escola práticas de desigualdade estabelecidas coletivamente, dentro e fora dela.

Logo, o atendimento psicológico proposto por C4 (individual para a criança agredida e coletivo para os agressores) não esgota as medidas de resolução do problema. Como outras/os respondentes, ela não apresenta propostas para a comunidade escolar como um todo, e ilustra, desse modo, uma forma de pensar a superação ou prevenção da homofobia por um modelo tradicional – atribuindo responsabilidade a indivíduos, sem explicitar as implicações da escola como coletivo que fomenta o preconceito.

**Considerações Finais**

As práticas homofóbicas são situações corriqueiras no espaço escolar e tornam os alunos e alunas LGBT alvos constantes de humilhações, caracterizadas – na maioria das vezes – por agressões físicas e verbais. Assim, o espaço escolar constitui uma poderosa instância de reprodução das lógicas homofóbicas, consentidas e ensinadas, produzindo efeitos devastadores na formação de todas as pessoas. A homofobia compromete a inclusão educacional e a qualidade do ensino, incidindo negativamente na relação docente/estudante; também produz desinteresse pela escola, dificulta a aprendizagem e conduz à evasão e ao abandono escolar. Afeta a definição das carreiras profissionais e dificulta a inserção no mercado de trabalho (JUNQUEIRA, 2009).

As intervenções docentes nesse contexto tornam-se necessárias para que crianças e jovens consigam habitar um ambiente escolar mais equânime. Neste estudo foram analisados os discursos sobre as intervenções pedagógicas de professoras e professores cursistas do GDE-Especialização do polo de João Pessoa-PB diante de um caso de violência homofóbica apresentado na prova final do módulo Sexualidade e Orientação Sexual.

Os principais resultados indicaram que as intervenções propostas pelas/os cursistas se pautam em atividades pedagógicas (projetos, debates em sala de aula sobre sexualidade, homofobia, orientação sexual e identidade de gênero), objetivando a conscientização e o respeito às diferenças; e em encaminhamentos internos (à Direção, à Coordenação e ao Conselho Escolar, e externos (ao Conselho Tutelar, à Justiça e a atendimento psicológico para a vítima e para os agressores). Isso sugere que a formação continuada proposta pelo GDE tem sido assimilada por docentes, contribuindo para o debate sobre os referidos temas nas escolas e colaborando para a superação da homofobia, problemática ainda frequentemente ignorada em muitas escolas brasileiras por professores e professoras, seja pela prevalência de uma cultura heteronormativa, seja pela falta de formação docente para a resolução pacífica de conflitos.

Reconhecem-se, pois, os limites desses profissionais, ainda em formação, sobretudo em termos teórico-conceituais. Encontraram-se nas respostas das/os cursistas termos como *preferências sexuais, escolhas sexuais*, por exemplo, o que demonstra desconhecimento sobre o fato de que a orientação sexual não se constitui em uma simples escolha, deliberada e autônoma, mas “refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto” (GDE, 2009, p. 124). Ressalta-se que, para a superação desses limites, é importante que os/as profissionais continuem trilhando o caminho da formação continuada sobre as temáticas de gênero e diversidade, pois apenas se apoderando desses conhecimentos poderão rever suas práticas interventivas em situações de homofobia e violência de gênero, e contribuir para a criação de uma cultura de equidade na escola e demais espaços sociais.

Mesmo com esses limites teórico-conceituais, percebemos nas respostas das/os cursistas um discurso docente marcado por sinais indicando efeitos da formação: o reconhecimento da importância do tema para a formação discente; a adoção de uma posição crítica para com a homofobia; a relação entre intervenção pedagógica e dispositivos especificamente escolares, como o currículo, ressaltando o papel intransferível da escola na superação da homofobia.

O discurso docente também sugere o conhecimento sobre a importância do trabalho em equipe, ainda que não seja predominante, já que somente 14 dos 30 respondentes indicaram estratégias que requerem de modo explícito o trabalho coletivo na escola. O trabalho em equipe tende a contribuir para reflexão sobre as temáticas de diversidade sexual, gênero e sexualidade; e, consequentemente, para a redução de práticas homofóbicas na escola.

Com base nos eixos e subeixos delineados na análise (em destaque nos quadros 1 e 2), evidenciou-se que 13 cursistas apontaram mais de uma ação em suas propostas interventivas, a exemplo de C10 que mencionou ações no Eixo 1 (desenvolvimento de atividades pedagógicas de conscientização do respeito à diversidade sexual e de gênero com os alunos e comunidade escolar, intervenção com foco no aluno agressor e no aluno agredido) e no Eixo 2 (encaminhamentos externos à escola, direcionados aos familiares responsáveis pelo aluno agressor). A intersecção de práticas interventivas mostra que as/os cursistas do GDE estão direcionando para suas práticas pedagógicas os conhecimentos adquiridos na formação continuada, evidenciando ainda um aspecto relevante para a gestão da homofobia na escola: a necessidade de ações conjuntas para o enfrentamento do problema da violência homofóbica no espaço escolar.

Logo, as ações devem incluir desde atividades pedagógicas em sala de aula – conscientizando os alunos e alunas da importância da construção de uma nova cultura escolar que contemple as diferentes identidades sexuais e de gênero – até ações pedagógicas com toda a comunidade escolar, envolvendo funcionários/as, alunos/as, professores/as, pais e mães. Debater e refletir sobre essas questões na/com a comunidade escolar em geral constitui uma forma de revelar as tensões e riquezas derivadas do contato com as diversidades existentes em nosso meio, contribuindo, também, para a superação de estereótipos e preconceitos que conduzem a práticas homofóbicas na escola.

**REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.

\_\_\_\_\_. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação.Ensaio: aval.pol.públ.Educ, v.15, n.54, p. 11-28, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e a discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DENZIN, Norman k; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa. Tradução. Sandra Regina Nerz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. Educar em Revista, n. 39, p.39-50, jan./abr, 2011. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/21410/14111. Acesso em: 01 jul. 2015.

GDE – GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: Formação de professores/as em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília, SPM, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In \_\_\_\_\_\_. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília; Ministério da Educação. SECAD e UNESCO, 2009.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Rev. psicol. polít., São Paulo, v.8, n.16, p. 307-324, dez. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; .LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINEZ GUZMAN, Vicent; PARIS ALBERT, Sonia. Nuevas formas de resolución de conflictos: transformación, empoderamiento y reconocimiento.Rev. katálysis, vol.9, n.1, p. 27-37, 2006.

MORGADO, Catarina; OLIVEIRA, Isabel. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. Exedra, Coimbra, v.1, n.1, p.43-56, jul. 2009. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/01/43-56.pdf> Acesso em 10 out. 2015.

PEREIRA, Francisco Diemerson de Souza. Corpos controlados, práticas costumeiras: homofobia e violência na escola. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Tiradentes, Aracaju, 2012.

RIZZATO, Liane Kelen. Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, São Paulo, 2013.

SANTOS, Raquel Alexandre Pinho dos. Isso é o que não mudou ainda: diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Ana Paula Rosa da; MOREIRA, Jani Alves da. Políticas educacionais no Programa Brasil sem Homofobia: primeiras aproximações. Revista Eletrônica de Educação, Ano v, n. 10, p.1-12 jan/dez. 2012.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. Educ. Pesqui. São Paulo,  v. 37, n. 4, p. 725-741, dez. 2011.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIANNA, Cláudia; RAMIRES, Lula. A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. Rev. psicol. polít., São Paulo, v.8, n.16, p. 345-362, dez. 2008.

VISCARDI, Karen. Homofobia na escola. Revista Pátio, n. 14, ed.15, dez. 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 11 ed. 2012, p.7-72.